

AS CATARINAS: RELAÇÕES DE GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E INFÂNCIA POBRE EM SALVADOR

MARIA APARECIDA PRAZERES SANCHES**

O trabalho de crianças e adolescentes no Brasil não é um fato recente, desde o período colonial os filhos dos escravos foram postos a trabalhar, executando pequenas atividades juntos as suas mães. Os viajantes estrangeiros que percorram o Brasil ao longo do século XIX registram a presença do trabalho da criança escrava, “crioulinhos e pardinhos, filhos de mães negras ou mestiças, sempre acompanhados por mulheres, e, por homens, quase nunca”(MATTOSO, 1988: 38). A entrada destes no mundo do trabalho dava-se por volta dos 7 a 8 anos, colocados a aprender ofícios (MATTOSO: 40-41).

Os estudos sobre o tema indicam que para a Bahia os pequenos cativos, meninos e meninas, iniciavam-se na vida laboral exercendo uma variedade de atividades domésticas ainda que o número de meninas fosse superior ao de meninos, tendência essa que se aprofunda com o aumento da idade. (PINHEIRO, 2009: 3). O fim do trabalho escravo não alteraria muito a realidade da criança negro/mestiça, que desde muito cedo era colocada a trabalhar contribuindo com o sustento de seu grupo familiar.

Na república o trabalho infantil ganharia um novo contorno impulsionado pelo desenvolvimento urbano e pelo fim da escravidão. Políticos, juristas, médicos, jornalistas e a Igreja produziram críticas e debates sobre o destino da nação e a família assume uma função fundamental da missão civilizadora sem a qual o projeto burguês republicano de ordem e progresso era considerado impossível de ser implementado pelos seus idealizadores (SANCHES, 2010), inculcar, pela educação de meninos e meninas, desde cedo o ideal de trabalho positivo, treinando-os desde cedo “para a docilidade do trabalho e a busca de estabilidade habitacional e familiar” fazia-se necessário (RODRIGUES, 2003: 34-40).

Ainda que educação para o trabalho passasse a ser a tônica das ações voltadas para a criança pobre, sua inserção no mercado de trabalho soteropolitano seria dificultada pelas suas características pouco dominância. A economia baiana na Primeira República caracterizava-se por manter muitos atributos ditos “tradicionais”, cujos

*Professora Doutora da Universidade Estadual de Feira de Santana, membro do GT de Gênero e História da ANPUH-Ba e da linha de pesquisa Gênero, Cultura, Poder e Territórios. cidaprazeres@ig.com.br.

capitais oriundos do comércio movimentavam os outros setores da economia. O mercado de trabalho soteropolitano se manteria, para o final do XIX e as primeiras décadas do XX, pouco alterado, sendo o comércio, grossista e varejista, um dos principais pólos de geração de empregos em cujas atividades vamos encontrar representantes de todas as categorias sociais e raciais da cidade (SANCHES, 1998: 16-35). Mas havia uma variedade de atividades que envolviam o comércio cujos significados em termos de sobrevivência e prestígio social em muito divergiam. Nesta atividade trabalhavam desde os funcionários qualificados, na sua maioria brancos, com boa escolarização, dedicados aos negócios de exportação e importação, até funcionários menos qualificados que exerciam atividades de vendedores de balcão, caixeiros, ajudantes, faxineiros, guarda-livros (AZEVEDO, 1996: 26).

O pequeno comércio ambulante, que carecia de poucos recursos e pouca ou nenhuma escolarização, constituía-se em uma atividade mais “democrática”, absorvendo um grande número de homens e mulheres, quase todos não brancos que viviam de vender suas mercadorias pelas ruas da cidade. Além do comércio ambulante, o serviço doméstico constituiu-se numa importante alternativa de trabalho na luta pela sobrevivência de muitas mulheres e homens pobres, incluindo-se aí as crianças (SANCHES, 2010, 143-193). Apesar do exercício dessa atividade encontrar-se intimamente ligado ao sexo feminino, pois o espaço doméstico era historicamente associado à construção e afirmação da feminilidade (ALMEIDA, 1992: 186), os homens estarão ali representados; exercendo a função de condutores de veículos, jardineiros, copeiros e cozinheiros, mas estes raramente trabalhavam em casa de família e sim em restaurantes, hotéis, pensões e padarias (SANCHES, 1998:30).

De uma forma geral, a estrutura de trabalho na Bahia favoreceu, por excelência, a saída dos homens da profissão doméstica e não a das mulheres, cujo papel social associavam-nas identitariamente com o espaço doméstico e com as profissões a ele relacionadas (SANCHES, 1998: 30-33). Ainda que possamos achar meninos e meninas exercendo uma gama variada de atividades como aprendizes será no universo do mundo doméstico que os encontraremos um número significativo.

A inserção de meninos e meninas no mercado de trabalho doméstico decorria, na maioria das vezes, pelas mesmas razões: Miséria, orfandade, quantidade grande de irmãos eram os motivos recorrentes para transformarem essas adolescentes, quase crianças, em jovens criadas. Muitas delas filhas de outras domésticas, que impossibilitadas de criá-las, devido à natureza de seu trabalho, procuravam famílias “piedosas”, que em troca de alimentação e abrigo usufruíam gratuitamente de seu trabalho. Foi tentando fugir à situação de pobreza, que Ivone Cândida da Silva, 14 anos, saiu de casa, sem o consentimento do seu pai, Pedro Cândido da Silva, lavrador, residente ao Cacau s/n, Lobato, para ir empregar-se em casa de família em Amaralina. (APEB, Judiciária, Defloramento, Estante 204, Caixa 82, 1947) Em 1919 Maria Pereira de Carvalho, 11 anos, que foi posta pela mãe Justina de Carvalho, empregada em serviços domésticos, para trabalhar em casa de família, por não ter quem cuidasse dela (APEB, Diário da Bahia, 23/ 05/1919, p. 5). Já Domingas Maria de Jesus, parda, 12 anos, analfabeta, em 1939 foi entregue pelo pai João dos Santos à família de Eduardo da Cruz Chaves para servir de doméstica (APEB, Judiciária, Defloramento, Estante 198, Caixa 37, 1939).

Em 1925, Maria José Oliveira, parda, 16 anos, foi colocada na casa de Julia Francisca de Melo pelo subdelegado do distrito, visto não ter quem tomasse conta dela (APEB, Judiciária, Defloramentos, estante 198, caixa 12, 1925). Como vimos um número variado de pessoas poderiam decidir empregar uma jovem como doméstica, o caso de Julia Francisca de Melo é bem ilustrativo, achada a perambular pelas ruas de Salvador foi detida e colocada em casa de família para trabalhar. O caso nos indica por outro lado que a escolha do trabalho doméstico portas a dentro (GRAHAM, 1992) para jovens meninas revela a concepção da sociedade da época que associa trabalho doméstico como uma atividade “natural” para meninas e mulheres e a casa um local de proteção natural a honra feminina. Comumente a entrega de uma filha era acompanhada do pedido que fosse ensinado a ler e escrever e que não a deixasse sair a rua. (VIANNA, 1994:170)

Em 1904 Manuel Teixeira vivendo as agruras de um período de carestia e pouco trabalho, resolveu colocar uma de suas filhas, de 13 anos, em casa de família para

trabalhar como doméstica. Antônia Maria da Conceição, a mãe, foi terminantemente contra tal resolução dizendo que “duplicaria de esforços matar-se-ia no trabalho, sujeitar-se-ia a todas as privações, porem jamais consentiria em que sua filha, com tantos mimos criada descesse à humilhante condição de uma alugada” (APEB. Diário de Noticias, 13/02/1904, p2). O desacordo entre que decisões tomar com relação ao destino das filhas estava posto e atesta que as famílias tinham ciência das agruras a que suas filhas estariam submetidas. Dentro de uma casa elas se transformavam em ajudantes para todos os tipos de serviços, tomavam conta de crianças, lavavam pratos, roupas, arrumavam, serviam de acompanhantes para idosos e tantas outras atividades para as quais fossem solicitadas, ter a “língua refreada e jamais lembrar que eram crianças (...) acostumavam-se com as birras, os insultos, as sobras de prato que tinha de comer, os trapos que tinha de vestir. Caladas, resmungentas, respondonas cada uma cumpria a sua sina como podia” (VIANNA, 1994:171).

Assim como as meninas, os meninos poderiam ser entregues a famílias para exercer um amplo espectro de atividades em uma casa. Mas uma vez recorremos a nossa cronista para encontrar um personagem importante da lida cotidiano no tempo em que “mulher direita” não saia à rua para gerenciar a compra dos gêneros alimentícios da casa. Sob a alcunha de “moleque de comprar tempero”(VIANNA, 1973: 46-49). Assim se empregava os meninos, que além de um cem número de pequenas ou grandes tarefas corriam as “vendas, mercados, quitandas, que era ajuntamento de ganhadeiras, vendedeiras, cachaceiros, fateiras, peixeiras e o que mas houvesse” (VIANNA, 1973: 48).

As “Catarinas”

Catarina era o nome dado as jovens meninas que trabalhavam em troca de casa e comida, entregues pelos familiares ou responsáveis a uma família. Segundo a cronista de costumes, Hildegrades Vianna o nome Catarina, alcunha com que se apelidavam estas jovens, vem do auto popular do bumba-meu-boi, onde aparece uma negra grotescamente caricaturada e cujo nome era Catarina do Folgado. A dança do bumba-meu-boi era muito apreciada pelo povo em geral, sendo, para a autora, natural que gerasse comparações e alcunhas para pessoas ou coisas que recordassem seus

personagens (VIANNA, 1994: 169-172). Mas ainda que nossa cronista ache “natural” a associação não explica a relação entre a boneca negra, descrita como grotesca, a essas jovens trabalhadoras. Grotesco seria a sua condição de vida? As exigências de uma atividade cujos conteúdos de subalternidade oriundos da escravidão ainda permaneciam? Ou estaria relacionado as longas e extenuantes horas de trabalho que caracterizavam a sua rotina de trabalho?

Rigidamente treinadas nas tarefas domésticas, estas meninas eram ensinadas nos princípios de honestidade, bom comportamento e limpeza, segundo os gostos da casa, e introduzidas nas regras de disciplina e obediência aos patrões. De acordo com nossa cronista, as “catarinas” eram ajudantes para todas as horas, escolhidas a partir de critérios bem definidos: “magras, de perna fina, pois cadeiras largas, tornozelos roliços, sugeriam lentidão nos movimentos, preguiça congênita, tendência à falta de asseio e outros atributos poucos recomendáveis a quem tinha de arcar com duros labores e uma sina ainda mais dura”(VIANNA, 1994:170). O tipo de critério que norteava a escolha de uma jovem doméstica se aproximava muito dos critérios que outrora haviam norteado a compra de escravos: o aspecto físico.

Para Salvador, a sobreposição de duas hierarquias: *status* (cor, origem familiar) e classe (ordem econômica) marcaria profundamente as relações sociais de trabalho e, dentro das relações do trabalho doméstico, seriam fundamentais na conformação dessas relações às idéias de subalternidade e obediência, principalmente para o reconhecimento do “lugar social” que a doméstica deveria ocupar na casa.

No caso das Catarinaas essas características tornavam-se mais realçadas pelo grau de dependência na qual se baseavam essa relação, trabalhar por casa e comida as aproximavam ainda mais ao antigo mundo da escravidão. Ainda mais levando-se em conta que as atitudes senhoriais permaneceram vigentes muitos anos depois de finda a escravidão, como bem afirmou Schwartz, o Brasil se constituiu, enquanto uma sociedade escravista, não apenas devido a sua força de trabalho ser predominantemente escrava, “mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e homens livres aos princípios hierárquicos baseados na cor e na raça (...) e a deferência dos socialmente inferiores”(SCHWARTZ, 1888, p.209 a 214). Isto nos permite afirmar que,

à exceção das distinções jurídicas, os princípios hierárquicos baseados na cor, vigoraram durante toda a Primeira República, marcando profundamente as relações de trabalho no que concerne aos valores, concepções de mundo e representações dos homens e mulheres.

Se a entrada dessas meninas no mercado de trabalho era motivada pelas agruras da sobrevivência a procura por essas trabalhadoras mirins esta, em muitos casos, associada a pouca disponibilidade financeira de algumas famílias pobres ou das camadas média baixa, que não podiam arcar com o ônus financeiro de pagar uma doméstica, recorriam a vizinhos, fregueses e lavadeiras para lhes “inculcarem” uma menina que ajudasse nos serviços da casa (VIANNA. 1994: 171). Muitas dessas meninas provinham do interior da Bahia, trazidas de suas cidades para trabalhar na capital. Muitas eram enviadas contra a sua vontade, uma vez que, na maioria das vezes, elas não eram consultadas quanto ao seu desejo de deixar ou não a casa materna/paterna. Elisa Maria da Conceição, parda, de 12 anos, natural de Maroim, diz que foi mandada para Salvador por ordem de sua mãe na companhia do Capitão Amado que ficara de lhe arranjar um emprego (APEB, Diário de Notícias de 10/ 11/ 1904). Assim como Elisa Maria, Maria Magdalena, 15 anos, natural de Cachoeira, fora entregue pelo pai, Rosendo de Oliveira, à família de Silvio Teixeira Mendes para servir de criada, sem que sua opinião fosse consultada, vindo a fugir da casa a que fora entregue (APEB, Diário de Notícias de 20/ 02/1905).

Parentes, amigos e conhecidos tornavam-se intermediários nesse agenciamento de jovens domésticas. Américo Martins, barbeiro, casado, residente em Salvador, freqüentemente viajava para a cidade de Nazaré, onde possuía parentes. Numa dessas idas, manteve contato com a mãe de Maria Antônia Souza, 14, analfabeta, recebendo desta a autorização para que trouxesse sua filha para servir de doméstica à sua família, mesmo não sendo do agrado da jovem (APEB, Judiciária, Defloração, Estante 199, Caixa 42, 1942). Da mesma forma, Maria Soledade Ferreira Batista, aos 13 anos veio para Salvador morar com a família Torres Homens, cujo contato foi intermediado com o pai da menor, após a morte de sua mãe, por um conhecido da sua família (APEB. Judiciária, Defloração, Estante 199, Caixa 44, 1943).

Situação semelhante ocorreu com Hilda Brandão de Sena, 12 anos, vivendo com a avó que, segundo ela, possuía poucos recursos, foi inicialmente trabalhar na casa do fazendeiro Xandú e, posteriormente, mandada a Salvador para viver em companhia de uma irmã do mesmo. Dona de uma pensão, esta última precisava de uma moça para ajudá-la nos trabalhos domésticos, que fosse trabalhadeira e de confiança (Entrevista com Hilda Brandão de Sena concedida em 14/ 08/ 1997). Consideradas dóceis e ingênuas, sem os vícios e espertezas imputados as jovens nascidas nos bairros pobres e negros de Salvador, essas meninas eram disputadas como um precioso artigo pelas patroas soteropolitanas, que desde cedo “já iam botando no jeito da casa”. Sem parentes ou amigos a quem recorrer, morando junto a uma família que não era a sua, em uma cidade a que não estavam habituadas, essas meninas eram mais facilmente manipuladas e invariavelmente aprisionadas nas casas para onde eram dirigidas, principalmente para que o convívio com as jovens cidadinas não despertasse a “esperteza” e maculasse a “ingenuidade” e a docilidade, que eram o bem mais precioso para as patroas.

Ainda que o trato pessoal fosse o mais usado para se conseguir uma “Catarina”, o uso de anúncios também foi um recurso usado em Salvador. Em 1928 circulou no Diário da Bahia o seguinte anúncio: “Ama para creança: Precisa-se de uma menina de 12 a 16 anos para uma creança - Paga-se bem - Rua João Simões n. 17(Barbalho)” (APEB. Seção Republicana. Diário da Bahia, 01/11/1928,p. 7). Os anúncios que buscavam jovens criadas em sua maioria solicitavam o seu trabalho para amas-secas, cuja faixa etária girava em torno dos 10 aos 16 anos. A preferência por garotas púberes para serem pajens de crianças decorria do receio de “empregar para tal atividade mulheres com vida sexual ativa e, por isto mesmo, passíveis de transmitir doenças às crianças por elas vigiadas. O famoso Pediatra baiano Dr. Tanajura era incisivo, ao recomendar às mães que proibissem as amas de beijar os meninos por elas vigiados. Segundo ele, muitas vezes “um osculo é a serpe que vae depositar na flor em embryão o veneno que elabora, estorvando assim seu desenvolvimento” (Memorial de Medicina - Teses: Tanajura, Joaquim Augusto, Letalidade infantil. p. 84). Tais ensinamentos eram aprendidos pelas mães como foi claramente manifesto por Avelina G. Martinz ao afirmar que não havia de consentir que seu filho fosse acariciado por uma rapariga desvirginada (APEB,

Judiciária, Infanticídios, Estante 29, Caixa 1067,1925). Através desse preceito construído pelo saber medico e ensinado as mães o mercado para o emprego de meninas amas-secas se consolidava abrindo espaço para a entrada dessas no trabalho doméstico.

Isabel Rose Conceição foi trazida de Feira de Santana, com a idade de 12 anos, para servir de babá à família do Dr. Salusto. Primeiramente serviu na casa de uma irmã do dito médico, residente em Feira de Santana, e, posteriormente, foi dada a este para ajudar a cuidar de um filho doente. O acordo contou com o consentimento da mãe de Isabel, vivendo em dificuldades financeiras após a morte do marido, e não tendo como sustentar seus 8 filhos (Entrevista com Isabel Rose Conceição concedida em 02/ 10/ 1997). Iniciada logo cedo no aprendizado do trabalho doméstico cuidado de crianças, Isabel exerceu esta profissão ao longo de toda sua vida: aos 12 anos como ama-seca, mas velha tornou-se doméstica em casa de família, ao amasiar-se, tendo agora de cuidar de seus próprios filhos passou a exercer a função de lavadeira para diversas casas de família, até que a popularização da maquina de lavar tornou obsoleta sua atividade profissional.

Os estudos sobre o trabalho doméstico descrevem a violência como um elemento recorrente na relação do trabalho doméstico e comumente os jornais soteropolitanos noticiavam tais conflitos. A violência patronal incidia com mais força sobre as adolescentes, que na maioria das vezes não possuíam meios para se defender. (SANCHES, 1998:102) Trabalhando em troca de casa e comida, essas meninas eram rigidamente “disciplinadas. “Bolos” de palmatória, puxões de orelhas, queimaduras com ferro quente de engomar, copiosas surras de cinturão, fios elétricos ou barbatanas de baleia, faziam parte do cotidiano das adolescentes, que a miséria obrigava desde cedo a trabalhar e cujas agressões costumavam alimentar o noticiário local. Julia Ma. Domingues, de 8 anos, natural de Feira de Santana, logo que chegou em Salvador, dada pela mãe para servir de criada na casa de um Sr. Arthur, foi por este submetida a uma dúzia de bolos de palmatória, em seu primeiro dia de trabalho, para que, segundo ele, fosse logo se acostumando. Ao quebrar um prato de louça que levava, Julia foi novamente espancada pelo patrão, fugindo dele, assim que pode (Arq. Municipal, O Democrata, 16/ 07/1919, p 3).

Ao entregar uma filha para viver sob a responsabilidade de uma família, a mãe perdia praticamente todos os direitos sobre a vida dessa menina. Rosalinda Maria da Conceição, em 1907, foi presa ao tentar retirar sua filha de 8 anos do poder de uma família no Rio Vermelho, que a maltratava e a obrigava executar trabalhos superiores às forças de uma criança de sua idade (APEB, Diário de Notícias, 24/01/1907. p. 2). Denunciada pela família, Rosalinda passou um dia inteiro no “xadrez”. Tal prisão, segundo o subdelegado, visava fazer ver à Rosalinda o seu mal procedimento, pois, ao retirar sua filha da casa em que se encontrava, maltratara as pessoas da família. O drama de Rosalinda Maria e sua filha é muito explicativo acerca do tipo de violência e subjugação a que estavam sujeitos os pobres e, principalmente, as domésticas de Salvador. Em nenhum momento, apesar dos constantes casos de agressões que cotidianamente tornavam-se públicos na capital baiana, procurou-se apurar as condições em que a menina era mantida.

A condição social da família não era garantia de bom tratamento. Ricos, pobres ou remediados, os casos de agressão a menores domésticas ocorriam independente da condição social do empregadores. A única diferença era que os jornais, quando o fato envolvia alguma família distinta, silenciavam os nomes dos agressores, o que já não ocorria em caso de patrões pobres ou remediados, como Amélia Marinho, cujo nome estampou dias a fio nas manchetes do Diário de Notícias. Nesse sentido, temos a denúncia da agressão a que foi submetida Mathilde Ma. Victor, espancada por sua patroa, moradora em bela casa, na rua Barão de Sergy, na Barra. Chama a atenção o fato de que em nenhum momento da reportagem veiculada pelo periódico, o nome da patroa de Mathilde tivesse sido mencionado (APEB, Diário de Notícias, 20/04/1911.p.2).

Em 1912, Anniceta Galdino, menor de 14 anos, fugiu da casa à qual sua mãe lhe havia entregue, por conta dos “*imerecidos castigos que lhe era imposto*” (APEB, Diário de Notícias, /10/1912.p.3). Comumente os jornais estampavam notícias de fugas e desaparecimento dessas meninas que se evadiam das casas onde eram “criadas”. Assim como Julia e Anniceta, Maria, preta de 12 anos; Barbara, menor de 15; Adelina, preta de 14 anos; Ma. Olympia, 12 anos e outra Maria, menor de 14 anos fugiram das famílias para as quais trabalhavam (APEB, Diário de Notícias de 26/10/1910;

27/11/1912; 08/10/1909; 30/07/1910; 05/12/1910, pp. 2 e 3). Além da cor, da pouca idade e da condição de “crias da casa”, com toda certeza essas meninas possuíam algo terrível em comum: uma história de miséria e maus tratos. Adentradas a vida adulta desde tenra idade, submetidas a maus tratos as jovens domésticas respondiam de forma desesperada a essas situações, se os espancamentos faziam parte de sua rotina, a fuga era o recurso que muitas usavam para acabar com a tortura a que eram submetidas, as incertezas da rua parecendo-lhes mais leve que as agressões da casa.

Bibliografia

ALMEIDA, Suely Kofes de, “Entre nós Mulheres, Elas as Patroas e Elas as Empregadas”. in: **Colcha de Retalhos. Estudo sobre a Família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 186.

GRAHAM. Sandra L., **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910**. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MATTOSO, Katia M. de Queirois. “O Filho da Escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. In. **Revista Brasileira de História**. v.8, no. 16, São Paulo, 1988.

RODRIGUES, Andrea da Rocha, **A Infância Esquecida: Salvador 1900-1940**, Salvador: EDUFBA, 2003.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres, **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900/1950**. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1998

_____ **As Razões do Coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro:UFF, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B, **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz, **Das Cambalhotas ao Trabalho: a criança escrava em salvador, 1850-1888**, 2009. Disponível em http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/maria_cristina_luz_pinheiro.pdf.

